

## ■ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

### ■ Políticas de avaliação da educação básica: um olhar para a subjetividade

 Roberta Maria dos Santos Sousa\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a perspectiva do Estado na configuração das políticas para as diretrizes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para isso, iniciamos com um apanhado geral sobre a educação, vista como um direito que passou a ser tratado como mercadoria e administrado por uma lógica produtivista, sob pressupostos questionáveis de padrões de qualidade de ensino. Em seguida, discutem-se as diretrizes políticas da avaliação da educação básica formuladas pelo Estado, que não se enquadram na realidade devido ao papel de Estado mínimo na área educacional, o que transpassa esse dever para a escola, deixando ao Estado a função de regular os requisitos propostos pelo mercado. A discussão contempla também o olhar dessas políticas de avaliação e seus reflexos no contexto escolar. Apesar das contribuições relevantes no replanejamento do trabalho pedagógico da escola, a indagação se foca no fato de que com os resultados do Ideb foi sendo desvelada uma realidade que esse programa não percebe, desconhecendo as peculiaridades de cada escola, sua cultura, o sujeito como ser e suas condições de aprendizagem. Nessa perspectiva, destacamos, por fim, o olhar sensível que a escola deve atribuir ao analisar esses resultados do Ideb e a postura social, planetária e autossustentável do educador e de todos os envolvidos nesse contexto para redimensionar o trabalho pedagógico e atingir de fato a aprendizagem significativa. Assim, caminhamos para seguir ao destino da avaliação formativa.

**Palavras-chave:** Políticas de avaliação. Educação Básica. Avaliação Formativa. Subjetividade. Aprendizagem.

---

\* Roberta Maria dos Santos Sousa é graduada em matemática pela Faculdade Jesus Maria José (2008), graduada em pedagogia pela Faculdade Albert Einstein (2008) e especialista em Docência do Ensino Profissional e Superior pelo União Educacional de Brasília (2016). Atualmente é Professora da Secretaria de Educação do DF. Contato: ucbroberta34@gmail.com

## Introdução

Antes de discutir a respeito das políticas de avaliação, é necessário entender o processo de formação de nossa sociedade e o que carregamos culturalmente de nossas raízes. Como pensavam os ancestrais que fizeram parte da formação de nossa sociedade? E nesse processo histórico, como vem sendo pensado o contexto social? Como nós pensamos ou pensávamos? A formação de nossa sociedade denuncia uma crise antropológica e cultural que traz aos dias atuais consequências que estão impregnadas em nosso pensar, agir e fazer, um pensar que nos distancia de reflexões, de percepções, um pensar que fragmenta, ou seja, impossibilitando dialogar com as ambiguidades, um pensar reducionista. O mundo mudou, mas mantém o mesmo discurso.

Essa forma de pensamento reflete todas as nossas relações com a vida, com a sociedade, com a família e repercute também em nossas relações com a escola e na vida política. Diante desse cenário, se faz necessário quebrar uma cultura de avaliação, cujo foco suscita a qualidade como objetivo derradeiro. Estudos mostram que as políticas de avaliação buscam respostas concretas de soluções práticas, de modo a excluir a realidade do contexto escolar, suas particularidades, suas condições de aprendizagem e principalmente o sujeito. Ou seja, tais políticas implicam colocar todos os estudantes nas mesmas condições de excelência para aprender (SOUZA; OLIVEIRA, 2003; SOBRINHO, 2002). A partir dessa perspectiva surge a indagação: como um único modelo pode medir a qualidade da educação considerada ideal? Diante desse questionamento destaca-se aqui neste artigo o olhar das políticas de avaliação, cuja característica central é marcada pela doutrina neoliberal. Nesse sentido, a avaliação acaba tornando-se um instrumento de controle exercido pelo governo sobre as instâncias educativas. Assim, essas políticas de avaliação revestem-se com o intuito de fiscalizar e regular, o que diminui o papel do Estado e delega maior responsabilidade às instituições escolares. Partindo-se da ideia de que a educação é regida pelas leis de mercado, a ênfase é dada aos “resultados e produtos educacionais viabilizados pela contenção de gastos e o gerenciamento eficiente dos recursos, ou seja, uma avaliação centrada na eficiência e produtividade” (AFONSO apud OLIVEIRA, s.d., p. 13).

Tendo considerado esses pressupostos, este artigo pretende enfatizar a necessidade de mudar a “cultura avaliativa”, de apontar outras variáveis que o Ideb não é capaz de ver. Diante disso, fomentamos por meio de estudo bibliográfico em artigos científicos e livros a busca urgente por uma percepção mais sensível e acolhedora, uma percepção capaz de vislumbrar o sujeito, de observar sua realidade e seu contexto escolar, suas

condições de aprendizagem. Entendemos que o ser em formação é multidimensional e a concepção formativa se compromete com a aprendizagem, com o processo, com a autoavaliação, com a progressão continuada e não somente com o produto da avaliação. Evidenciamos os aspectos positivos que as políticas de avaliação promovem na condução do planejamento do trabalho pedagógico, ressignificando a postura profissional e refletindo na prática pedagógica.

Este trabalho ressalta a importância de um olhar subjetivo no processo de aprendizagem da criança, de uma postura docente com consciência social e planetária, de uma prática pedagógica capaz de colocar o sujeito em ação, construindo e reconstruindo conhecimento. Dessa forma, o diálogo e a interatividade são pressupostos que contemplam tempos, espaços, problematizações e produções próprias dos educandos. A avaliação formativa propõe um olhar que possibilita dar um novo sentido à educação, à avaliação e à vida.

## O olhar das políticas de avaliação na Educação Básica

Embora se fale de avaliações desde os anos 60 na América Latina, trata-se de um fenômeno recente e crescente. As avaliações tiveram início na década de 90, quando o governo implantou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Marcada pela nova ordem de Estado Neoliberal, sua forma de gestão se manifesta nas privatizações que reflete uma lógica de mercado, como também a competição. Diante desses pressupostos norteados nessa década, buscou-se o fortalecimento da “função avaliação governamental”, implantando formas de sistemas de avaliação das políticas públicas (FARIA, 2005, p. 97). Primeiramente, essas práticas vieram para conferir e verificar resultados, de acordo com os objetivos da educação nacional, proporcionando a aplicação da ciência para formar a consciência técnica no âmbito escolar para que houvesse condições necessárias à expansão e à melhoria da educação. Em seguida, as avaliações foram tidas como meio de o Estado conhecer a realidade e realizar diagnósticos, pois, ao invés de acentuar-se a regulação por via legal, seriam fornecidas indicações e sugestões para a qualificação da expansão do atendimento, da administração escolar e do ensino. Por fim, a avaliação passou a ser vista como uma prática de regulação estatal, criando-se uma cultura de avaliação. Tendo considerado a avaliação como meio de regulação estatal, segundo Faria (2005), esta apresenta ênfase nos resultados e na desresponsabilização/privatização da provisão de bens e serviços sociais. Dessa forma:

[...] a atuação de dirigentes, burocratas e tecnocratas, assim

como as relações que se estabelecem entre agentes do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, foram fundamentais para que a avaliação se constituísse em uma importante via de regulação educacional no Brasil (FREITAS, 2007, p. 8).

Percebe-se que o percurso histórico-cultural das políticas públicas de avaliação assume o objetivo de controlar e fiscalizar, por meio de exames nacionais, passando a orientar-se pela lógica de mercado (SOBRINHO, 2002). Afonso (2000) afirma que “a criação de um currículo nacional, o estabelecimento de normas-padrão e a realização de testes também a nível nacional são mesmo condições prévias para que se possa, implementar políticas de privatizações e mercadorização da educação”.

Evidencia-se o poder fiscalizador do Estado, ao ter controle sobre os resultados dos exames nacionais, nas palavras do autor:

As avaliações praticadas pelos Estados avaliadores são nitidamente instrumentos de poder. (...) O que mais importa é que os rendimentos possam ser comparados, permitam que as instituições e os indivíduos sejam classificados hierarquicamente, segundo critérios objetivos, tanto para supostamente orientar os clientes do quase-mercado educacional e alimentar a competitividade, quanto para instrumentar o exercício do poder controlador do governo (SOBRINHO, 2002, p.175-176)

Em relação à educação, a questão da qualidade e do desempenho recebeu o enfoque de uma responsabilidade exclusiva apenas da escola. Dessa forma, para que essa qualidade e desempenho educacional fossem verificados, o Estado criou avaliações externas de ensino a partir de 1990 (SOUZA; OLIVEIRA, 2003). Esse crescente interesse sobre as avaliações teria como motivação a “pressão das mudanças contextuais sobre os sistemas de ensino: mudanças nos modos de administração e controle desses sistemas; demanda social de informação e prestação de contas; novo modelo de gestão educacional” (FREITAS, 2004, p. 665). A nova concepção de avaliação nesse período esteve relacionada ao novo ideário proposto pelo Estado.

## O Ideb não vê ...

O Ideb não vê os alunos como sujeitos, como seres únicos, de histórias únicas, de emoções, de realidades diferentes, o Ideb não vê as peculiaridades de cada escola, sua cultura, ele não vê as condições e recursos de ensino e aprendizado disponibilizados por cada escola. Diante desse cenário o autor ressalta:

O Ideb é importante, mas ele não conta tudo. Somente tendo acesso a um maior número de informações – dada a

complexidade da vida escolar – é que se consegue aproximar de modo mais coerente e produtivo de um diagnóstico – que deveria ser uma das funções da avaliação – para assim propiciar a tomada de decisões favoráveis ao desenvolvimento educacional e ampliação da qualidade de educação apresentada pela escola (BARBACOV, CALDERANO, PEREIRA, 2013, p. 15).

Não basta apenas avaliar. Esse movimento das avaliações externas começou há duas décadas atrás, quando foi implantado o sistema nacional de avaliação da educação básica (SAEB). Essa dinâmica vem se alastrando rapidamente pelo país. Interessados em investigar mais sobre as necessidades específicas de sua rede, alguns estados criaram esquemas próprios de investigação. Hoje 19 unidades federativas têm ou já tiveram algum tipo de avaliação externa. Essa dinâmica é boa, identificar as necessidades é um salto fundamental para a melhoria da qualidade do ensino. A interrogação é que com os resultados do Ideb foi sendo desvelada uma realidade que esse programa não percebe. Assim:

É preciso prever instrumentos institucionais que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o próprio processo escolar. Além de que na escola pública a qualidade esperada deverá perpassar vários aspectos que as avaliações nacionais por si só não apontam (PARO, 2005, p.81).

O Ideb avalia as unidades de ensino de maneira restrita, é preciso ampliar e incluir em sua composição um número maior de variáveis, pois a educação é um fenômeno multidimensional, onde o papel da escola é estabelecer um ambiente emocionalmente saudável que permita aflorar a criatividade e a aprendizagem (MORAES, 2008). O aluno deve ser visto como um sujeito atuante que constrói, amplia e ressignifica seu aprendizado, e o educador exerce seu papel de mediador buscando um olhar sensível, percebendo os níveis de realidade e incluído o sujeito nesse processo. Os números divulgados pelo Ideb deve provocar outro olhar, capaz de reorientar o trabalho pedagógico, de perceber a realidade da comunidade escolar, de discutir posturas que capacitem o desenvolvimento do aluno numa perspectiva integral.

A cultura disseminada nessas políticas de avaliação provoca o equívoco de que a simples divulgação de um ranking leve à mudança da prática. É preciso um aperfeiçoamento constante das práticas, é necessário que a rede ofereça um trabalho de esclarecimento sobre os resultados das sondagens e, mais do que isso, tenha uma política consistente e permanente em serviço para os gestores e professores, e que os resultados sirvam para redimensionar também o olhar das políticas públicas e daí buscar investimentos para melhoria da qualidade de ensino.

## Passos para uma avaliação formativa

Chegamos ao século XXI com problemas sociais, humanos, éticos e institucionais, envoltos em avanços tecnológicos, contrastes e diversidades. Diante de tantas necessidades, a sociedade inconscientemente clama por sobrevivência humana, por estabilidade introspectiva, por elevação da consciência capaz de lidar com as incertezas, conflitos, contradições, anseios e capacidade de buscar os valores éticos que sustentem e proporcione leveza no viver. O sistema educacional também clama por formação mais humana. Percebendo essa crise de formação que tem raízes históricas e culturais de nossa sociedade, se faz necessário redimensionar os métodos de investigação científicos, as metodologias de ensino, a reinvenção da escola e o seu papel de emocionar, comunicar e formar pessoas. Dentro desta perspectiva, a avaliação formativa deve ser entendida como processo que acolhe, aprecia, inclui e avalia o que se ensina e o que se aprende (GDF, 2016).

Sendo assim, o ser em formação é multidimensional, ou seja, que valoriza o indivíduo nas dimensões: cognitivas, afetivas, psicomotoras, histórica, social e cultural, que coexistem e atuam de forma integrada, propiciando uma formação em seu desenvolvimento integral, a educação neste contexto provoca uma quebra paradigmática na lógica do poder punitivo comumente notado nos processos avaliativos (GDF, 2016).

As Diretrizes de Avaliação Educacional (GDF, 2016) destacam a importância da avaliação formativa, que visa uma avaliação para as aprendizagens. Sendo assim, a dinâmica do aprender ultrapassa a dimensão do ser, conhecer e fazer, nesse espaço educando e educador dialogam em um movimento espiralado, oportunizando um encontro emocional e abrindo espaço para a construção de conhecimento gerando um ambiente de aprendizagem para ambos. Nesse contexto, a avaliação formativa atribui o olhar e a intervenção humana que os resultados não são capazes de atingir, assim não são os instrumentos e procedimentos que definem a função formativa, mas a intenção do avaliador(a), e o uso que se faz deles (HADJI, 2001). Nesse sentido, os instrumentos de avaliação, sejam eles escolares ou em larga escala, contribuem para a conquista das aprendizagens (VILLAS BOAS, 2008). Contudo, acredita-se que a avaliação formativa servirá para que analisem os instrumentos avaliativos com o olhar para o sujeito, buscando intervenções pontuais, e não priorizando o produto (quantidade) em função da qualidade que deve ter relevância em todo percurso.

Nesse processo todos são avaliados, e todos os membros desses espaços escolares, que se dialogam em um movimento espiralado, compreendem que as aprendizagens são diferenciadas e que não se realizam em

um único movimento uniforme, e que não é possível se desconectar do mundo e nem daqueles que o habitam. Quando a aprendizagem é concebida como um processo de construção e reconstrução do conhecimento, veem-se os alunos como sujeitos capazes de observar e de descobrir caminhos próprios para construí-los. Para avaliarmos nossos alunos numa perspectiva mais humana, segundo Moraes (2008), necessitamos urgentemente de educadores com consciência social e planetária, com responsabilidade, iniciativa, com atitudes e valores de solidariedade e de autonomia, pessoas que lutem por uma vida autossustentável para todos.

É necessário mudar a “cultura avaliativa”, é preciso sair da fragmentação, da exclusão do sujeito nesse processo, é preciso entender que na avaliação formativa a aprendizagem é contínua. É preciso respeitar o tempo de aprendizagem de cada aluno e perceber que a formação é processual, e não se define apenas em resultados, com o sujeito separado do objeto, ou com fatos isolados; a avaliação formativa requer do mediador rigor, abertura e tolerância, requer o exercício de ir além das disciplinas. Esse olhar disciplinar e compartilhado é decorrente de um processo histórico e cultural presente nos dias atuais.

Segundo Moraes (2008), é necessário enxergar que a produção do conhecimento disciplinar também possui outros raios caracterizados pela interdisciplinaridade. A concepção interdisciplinar permite uma integração entre as disciplinas, seus domínios linguísticos, estabelecendo uma linguagem em comum. É preciso ter um profundo conhecimento da disciplina para contribuir na construção de um conhecimento interdisciplinar. Diante dessa percepção é necessária uma reforma educacional, uma reforma do pensamento, abertura do coração.

## Considerações Finais

Esta pesquisa reflete sobre o olhar das políticas de avaliação, cuja intenção está atrelada aos princípios do neoliberalismo. Nesse sentido, as políticas de avaliação ganham força, apoiadas na regulação, no controle e nos resultados quantitativos. Esse discurso ideológico promovido pelo Estado produz reflexo nas unidades de ensino, estabelecendo uma cultura de avaliação limitada, se restringindo aos resultados e excluindo o sujeito nesse processo. Este trabalho fomenta a relevância do Ideb, quando atribuído um olhar amadurecido capaz de ressignificar a organização do trabalho pedagógico, essencialmente como uma postura consciente e transdisciplinar. A avaliação vista sobre o prisma da aprendizagem é concebida como um processo de construção e reconstrução do conhecimento, por conseguinte veem-se os alunos como sujeitos capazes de observar e de descobrir caminhos próprios. Ressaltamos também o

olhar sensível do avaliador buscando perceber a subjetividade do aluno, assim se possibilita um caminho ético, inclusivo e justo. A avaliação formativa vem quebrando barreiras na perspectiva de superar o pensamento dualista, compartimentado e exclusivo. Nessa linha de pensamento, as práticas educativas buscam a formação integral

do ser humano, uma relação de interdependência, um pensamento ecologizado, uma autonomia introspectiva, o exercício da democracia participativa. A aprendizagem se constrói na interação sujeito e objeto, sendo assim, é preciso deixar aflorar suas emoções, intuições, histórias de vida, desejos, agregando razão à emoção. ■

## Referências bibliográficas

- AFONSO, Aimerindo Janela. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**, São Paulo: Cortez, 2000.
- BARBACOV, Leci Jacinto, CALDERANO, Maria de Assunção PEREIRA, Margareth Conceição. **O que o ideb não conta?** – Processos e resultados alcançados pela escola básica/ (Organizadores) – UF JF, 2013.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A Política da Avaliação de Políticas Públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-169, out. 2005.
- FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **Avaliação da Educação Básica e ação normativa Federal**. Cadernos de Pesquisa, São Luis: EDUFMA, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.
- FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **A Avaliação da Educação Básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt05/gt0585int.doc>>. Acesso em: 17 mar. 2010.
- GDF. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional** – Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala – DF. 2016.
- HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre – RS: Artmed, 2001.
- MORAES, Maria Cândida. **Ecologia dos Saberes: complexidade, transdisciplinaridade e educação: novos fundamentos para iluminar novas práticas educacionais**. São Paulo: Antakarana/WHH – Willis HarmanHouse, 2008.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; SILVA, Maria Juliana de Almeida e. **Regulação: a avaliação de Sistemas de Ensino no contexto da regularização das Políticas Públicas**. UFMG, s.d. Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae/97.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2009.
- PARO, Henrique Vitor. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2005.
- SOBRINHO, José Dias. **Universidade e Avaliação entre Ética e o mercado** – Florianópolis: Insular, 2002.
- SOUZA, Sandra Zákial L; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Políticas de Avaliação da Educação e quase mercado no Brasil. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola pelo avesso por meio da avaliação**. Campinas – SP: Paripus, 2008.